

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.807 - SP (2019/0227498-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : CAMPO DO MEIO AGROPASTORIL E PARTICIPACOES
LTDA
ADVOGADOS : IAGO DO COUTO NERY E OUTRO(S) - SP274076
CATHARINA FERREIRA CARVALHO E OUTRO(S) -
SP404970
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA
PROCURADOR : NELSON GALVÃO DE FRANÇA FILHO E OUTRO(S) -
SP162473
INTERES. : DISNEI DE CARVALHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIO INTEGRATIVO NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REJEITADOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por CAMPO DO MEIO AGROPASTORIL E PARTICIPAÇÕES LTDA. contra decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LEGITIMIDADE PASSIVA DO POSSUIDOR (PROMITENTE COMPRADOR) E DO PROPRIETÁRIO (PROMITENTE VENDEDOR) PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. PRECEDENTE: RESP 1.111.202/SP, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 10.6.2009, JULGADO SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC. RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA/SP A QUE SE DÁ PROVIMENTO

2. Sustenta, em suma, que:

17. *Importante ressaltar que a ora embargante trouxe em suas contrarrazões fortes argumentos para que o Recurso Especial não fosse sequer admitido.*

18. *Conforme se verifica da referida peça processual, a embargante demonstrou que o recurso especial interposto não preenche os requisitos necessários para o seu conhecimento, tendo em vista a falta de prequestionamento do art. 34 do Código Tributário Nacional ("CTN"), seja explícita, seja implicitamente.*

19. *Entretanto, tais argumentos não foram analisados na r. decisão embargada.*

20. *Ademais, a embargante trouxe consistentes argumentos acerca da inconstitucionalidade do próprio artigo 34 do CTN e das respectivas leis municipais que secundam o dispositivo, pois não seria dado pressupor que o art. 156,1, da Constituição Federal tenha investido o legislador na faculdade de tributar uma propriedade residual que não possui densidade econômica para dar ensejo à tributação, os quais, igualmente, não foram enfrentados na r. decisão embargada.*

21. *Outrossim, a ora embargante suscitou a existência de argumentos subsidiários que não foram examinados nas instâncias inferiores, de modo que, na hipótese de se entender que a recorrida poderia, em tese, figurar como sujeito passivo da obrigação tributária correspondente ao IPTU exigido na execução fiscal que originou este recurso, a hipótese seria de retorno dos autos à instância de origem para análise dos demais argumentos.*

22. *Contudo, tal alegação não foi, igualmente, apreciado pela r. decisão embargada (fls. 299).*

3. Sem impugnação (fls. 305).

4. É o relatório.

5. O art. 1.022 do Código Fux - CPC/2015 - (art. 535 do CPC/1973) é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão.

6. Destarte, infere-se que, não obstante pacífica a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao re julgamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do *decisum* em casos justamente nos quais eivado de obscuridade, contradição ou omissão; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, é dizer, o condão de alterar, livre e substancialmente, o decisório em seu dispositivo, mas aclaratório ou integrativo, daí não sendo seu processamento norteado pelos princípios do contraditório e da igualdade.

7. Com efeito, os Embargos de Declaração não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

8. Ressalte-se, por oportuno, que esta Corte admite a atribuição de efeitos infringentes a Embargos de Declaração apenas quando o reconhecimento da existência de eventual omissão, contradição ou obscuridade acarretar, invariavelmente, a modificação do julgado, **o que não se verifica na hipótese em tela.**

9. *Esta Corte Superior pode realizar o juízo de admissibilidade de forma implícita, sem necessidade de exposição de motivos, onde o exame de mérito recursal já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade, inexistindo necessidade de pronunciamento explícito pelo julgador a esse respeito* (EREsp. 1.119.820/PI, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 19.12.2014).

10. Outrossim, a decisão embargada, ao solver integralmente a lide, consignou que a Primeira Seção deste Superior Tribunal, no julgamento do Tema 122, vinculado ao Recurso Especial Repetitivo 1.111.202/SP, de relatoria do Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, firmou entendimento de que **tanto o promitente comprador do imóvel quanto seu promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.**

11. Por fim, é vedado a este Tribunal Superior, no âmbito do Recurso Especial, apreciar a constitucionalidade ou não de determinada questão, ainda que para fins de prequestionamento, uma vez que o julgamento de matéria de índole constitucional é reservado ao Supremo Tribunal Federal.

12. Ante o exposto, rejeitam-se os Embargos de Declaração da Empresa.

13. Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR